

# ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM GOIÁS E SEU IMPACTO NA QUALIDADE EDUCACIONAL E NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

## *ANALYSIS OF THE IMPLEMENTATION OF PUBLIC POLICIES FOR BASIC EDUCATION IN GOIÁS AND THEIR IMPACT ON EDUCATIONAL QUALITY AND THE REDUCTION OF REGIONAL INEQUALITIES*

SANTOS, Andrey<sup>1</sup>; BATISTA, Miriam<sup>2</sup>, MENDONÇA, Raquel de Paula<sup>3</sup>; SILVA, Karla  
Karoline Rodrigues<sup>4</sup>

### RESUMO

Este estudo visa investigar como as políticas públicas de educação básica têm sido implementadas no estado de Goiás com foco em seu impacto na qualidade da educação e na redução das desigualdades educacionais. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, analisando documentos legais, políticas educacionais, e dados relacionados à infraestrutura e resultados educacionais. Foram considerados os desafios regionais, como disparidades socioeconômicas, e a capacidade das políticas públicas em promover a igualdade de oportunidades educacionais. A conclusão aponta que, apesar dos avanços, ainda existem barreiras significativas para uma educação de qualidade em Goiás, incluindo a desigualdade no acesso e na infraestrutura. As políticas educacionais inovadoras têm mostrado resultados positivos em algumas regiões, mas a implementação consistente e eficiente é fundamental para a melhoria geral do sistema educacional.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, Educação básica, Goiás, Desigualdade educacional, Qualidade da educação.

### ABSTRACT

*This study aims to investigate how public policies in basic education have been implemented in the state of Goiás, focusing on their impact on education quality and the reduction of educational inequalities. The research adopts a qualitative approach, analyzing legal documents, educational policies, and data related to infrastructure and educational outcomes. Regional challenges, such as socioeconomic disparities, are considered, as well as the capacity of public policies to promote equal educational opportunities. The conclusion highlights that, despite progress, significant barriers remain to achieving quality education in Goiás, including inequality in access and infrastructure. Innovative educational policies have shown positive results in some regions, but consistent and efficient implementation is essential for overall improvement in the education system.*

**Keywords:** Public policies, Basic education, Goiás, Educational inequality, Education quality.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito – Facunicamps;

<sup>2</sup> Bacharel em Direito – Facunicamps;

<sup>3</sup> Raquel de Paula Mendonça. Mestre em Direito Constitucional Econômico e docente do curso de Direito da FACUNICAMPS.

<sup>4</sup> Mestra e Doutoranda em Direito Agrário – UFG, karla.silva@facunicamps.edu.br/karla.s.rodrigues@hotmail.com.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este artigo abordará os desafios complexos que as políticas públicas voltadas à educação básica enfrentam em relação à realidade no estado de Goiás, as ferramentas legais que garantem esse direito essencial e a relevância estratégica das políticas públicas para garantir uma educação de qualidade e acessível aos cidadãos goianos. No entanto, a eficácia das políticas públicas encontra barreiras consideráveis, tais como disparidades regionais no acesso a uma educação de alta qualidade, infraestrutura integrada nas instituições de ensino e a exigência de uma administração eficaz dos recursos educacionais. No cenário brasileiro, a educação básica é vista como um aprendizado fundamental para o progresso humano, social e econômico.

Além disso, serão discutidos os fundamentos legais que respaldam o direito à educação, incluindo sentenças judiciais e legislação específica que visam garantir a implementação das políticas educacionais. Também se discute a função do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) e outros tribunais na proteção e interpretação deste direito essencial. Ao examinar esses elementos, a meta é auxiliar na compreensão mais abrangente de como as políticas públicas educacionais podem ser formuladas e aplicadas de maneira estratégica para fomentar a igualdade de oportunidades educacionais e o crescimento sustentável no Brasil.

Em resumo, este estudo tem como objetivo analisar a implementação das políticas públicas direcionadas à educação básica e seus efeitos na realidade educacional do estado de Goiás. Especialmente, o objetivo é examinar a adequação e a efetividade das táticas inovadoras, considerando as particularidades regionais, tais como as disparidades socioeconômicas e o acesso à infraestrutura educacional. O estudo também visa determinar se as políticas públicas inovadoras em Goiás têm auxiliado na melhoria do rendimento escolar dos estudantes e na diminuição das disparidades educacionais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. EDUCAÇÃO PARA TODOS: CONCEITO**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito essencial. O Artigo 205 enfatiza que “a educação é um direito universal e uma obrigação do Estado e da

família”, enfatizando a importância de uma cooperação recíproca para a ampliação do acesso à educação. A literatura sobre políticas educacionais públicas destaca a importância da inclusão e da equidade para a concretização do direito à educação. O documento da UNESCO (2015) declara que “a educação é um elemento crucial para quebrar o ciclo da pobreza e fomentar a igualdade”. Segundo Silva e Ribeiro, “a adoção de políticas educacionais inclusivas é essencial para garantir oportunidades de aprendizagem justas para todos os indivíduos, independentemente de sua condição social” (SLVA E RIBEIRO, 2020, p.12).

Embora tenha conseguido progressos nas últimas décadas, o Brasil ainda se depara com obstáculos consideráveis para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva. Assim, é crucial que as políticas públicas sejam formuladas com o objetivo de reduzir essas disparidades. Um estudo realizado em junho de 2019 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostrou que as disparidades regionais e socioeconômicas continuam presentes, impactando o acesso e a qualidade da educação.

A ideia de "Educação para Todos", proposta na Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien em 1990, sustenta que todos têm o direito a uma educação básica de alta qualidade. A Declaração de Jomtien enfatiza que "a educação deve satisfazer as demandas de todos os indivíduos em todas as suas facetas" (UNESCO, 1990).

Em síntese, a educação universal deve ser um pilar fundamental das políticas públicas, assegurando que todos tenham acesso a um ensino de qualidade, independentemente de sua condição socioeconômica. Para isso, é imprescindível um compromisso contínuo tanto do governo quanto da sociedade civil na promoção de ações que garantam inclusão e equidade no sistema educacional brasileiro.

### **2.1.1. Garantia de Acesso Universal e Inclusão a Educação Básica**

A Constituição Federal de 1988 distribuiu o direito fundamental ao acesso universal à educação básica como um dos alicerces para o progresso humano e social no Brasil. A educação básica, que engloba a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, é crucial para garantir aos indivíduos os requisitos básicos para uma participação completa na sociedade. Conforme o Plano Nacional de Educação (PNE), a universalização do ensino é um objetivo crucial para o país, com o objetivo de garantir o acesso a uma educação de alto padrão para

todos os alunos, sem considerar sua condição social, econômica ou localização geográfica (Brasil, 2014. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014).

No entanto, a situação educacional no Brasil ainda encontra grandes obstáculos para garantir esse acesso, principalmente para grupos à margem da sociedade. Mesmo com a expansão significativa do acesso à educação básica nas últimas décadas, as disparidades regionais e sociais persistem, impactando principalmente os habitantes do campo, as comunidades indígenas, os afrodescendentes e estudantes com deficiência. Em Goiás, por exemplo, a desigualdade no acesso a uma educação de alto padrão é clara, com regiões rurais e periferias urbanas lidando com graves questões de infraestrutura educacional e deficiência de recursos protegidos (VEIGA, 2018, p.20).

Além disso, a inclusão educacional é um assunto fundamental quando se trata de garantir uma educação de qualidade para todos. A inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares representa um dos maiores avanços da educação no Brasil nas últimas décadas. No entanto, essa inclusão encontra ainda obstáculos consideráveis, tais como a carência de capacitação docente, a falta de recursos pedagógicos adaptados e a oposição de uma parcela da comunidade escolar. Portanto, a ideia de inclusão ultrapassa o simples acesso físico à escola, abrangendo a construção de espaços de aprendizagem que consideram e atendem às várias necessidades dos alunos (MAZZOTTA, 2014, p.21).

De acordo com a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, a implementação de políticas públicas inclusivas é essencial para assegurar uma educação de qualidade para todos. Um exemplo dessa iniciativa é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que busca reduzir a exclusão escolar de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, proporcionando-lhes acesso à educação básica, especialmente para aqueles que se encontram à margem do sistema educacional.

O desafio de garantir a inclusão e a universalidade do acesso à educação básica está intrínseco e engloba diversos elementos, desde a melhoria das instalações escolares até a capacitação dos docentes e a adaptação dos programas de estudo para lidar com as diversidades. Contudo, é através da persistência e intensificação dessas políticas públicas que o Brasil pode progredir na busca por uma educação genuinamente inclusiva e acessível para todos (GATTI, 2016, P.3).

## **2.1.2. Importância da Educação Básica para o Desenvolvimento Humano e Social**

A educação básica tem uma função crucial no progresso humano e social, sendo um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. É crucial a execução efetiva de políticas educacionais públicas em estados como Goiás, para garantir que todos possam ter acesso a um ensino de alta qualidade (SMARJASSI, Celia; ARZANI, Henrique, 2021, p. 10)

Uma educação básica de alta qualidade é essencial para a criação de cidadãos competentes e críticos, auxiliando na redução das disparidades sociais. Conforme UNESCO (2014), uma educação de alto padrão contribui não só para o crescimento da renda, mas também para avanços notáveis na saúde e na coesão social. Esses componentes são fundamentais para o progresso de toda comunidade (SMARJASSI, Celia; ARZANI, Henrique, 2021, p.10).

Em Goiás, as políticas públicas são reveladas como um recurso crucial para garantir o acesso à educação básica. Por exemplo, o Plano Estadual de Educação tem como objetivo o aprimoramento constante do sistema de ensino, concentrando-se na formação de docentes e na infraestrutura das instituições de ensino (SMARJASSI, Celia; ARZANI, Henrique, 2021, P.12).

A educação básica não apenas impulsiona o desenvolvimento econômico, mas também forma cidadãos conscientes e engajados. Esse aspecto é particularmente relevante em Goiás, onde a desigualdade social representa um desafio persistente. Ao proporcionar acesso ao conhecimento, a educação capacita os indivíduos a participarem ativamente da vida social e política. Como destaca Freire (1996, p. 26), "o mundo não se transforma pela educação; a educação transforma indivíduos, e as pessoas transformam o mundo".

Dessa forma, garantir o direito à educação básica em Goiás demanda uma atuação conjunta entre governo, sociedade civil e instituições de ensino. Para que as políticas públicas sejam eficazes, é essencial promover a cooperação, valorizando o diálogo e a participação da comunidade escolar. Somente assim será possível construir um sistema educacional mais justo, inclusivo e acessível a todos.

## **2.2. DESAFIOS E OBSTÁCULOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM GOIÁS**

A implementação das políticas públicas de educação em Goiás enfrenta uma série de desafios estruturais, financeiros e gerenciais. Apesar dos avanços proporcionados pelo FUNDEB, muitos municípios goianos ainda lutam para atingir os índices adequados de investimento por aluno, necessários para garantir uma educação de qualidade.

Segundo dados do Censo Escolar de 2021 (Inep), cerca de 40% dos municípios goianos não alcançaram o valor mínimo de R\$4.300 por aluno anualmente, o que é considerado essencial para um desempenho satisfatório no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. (INEP, 2022).

Essas dificuldades são acentuadas pela escassez de infraestrutura nas escolas, especialmente nas áreas rurais, onde a falta de condições básicas, como saneamento, transporte e acesso à internet, prejudica a qualidade do ensino e a permanência dos alunos. A gestão ineficaz e a falta de capacitação dos gestores escolares também contribuem para a ineficiência das políticas educacionais, resultando em um ciclo vicioso de dificuldades que impede o avanço da educação no estado (TANNO, 2021, p.14).

### **2.2.1. Barreiras Institucionais, Financeiras e Estruturais**

As restrições institucionais e financeiras desempenham um papel fundamental na eficácia das políticas educacionais em Goiás. Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabeleça diretrizes claras, muitos municípios carecem de uma gestão eficiente que priorize a educação em suas políticas públicas. Como consequência, os recursos disponíveis são frequentemente mal distribuídos, sendo direcionados para áreas de menor impacto social, em vez de serem utilizados para aprimorar a infraestrutura educacional e valorizar os profissionais da educação (SEDUC, setembro/2021).

No estado, diversas escolas ainda enfrentam a escassez de recursos essenciais, como materiais didáticos, laboratórios e tecnologias. Dados do Censo Escolar de 2021 indicam que cerca de 30% das escolas públicas não possuem laboratórios de ciências e mais de 50% não

contam com acesso adequado à internet, o que reduz significativamente as oportunidades de aprendizagem (INEP, março/2022).

Além disso, a formação de professores em Goiás também apresenta desafios significativos. Muitos docentes não têm acesso a programas de formação continuada ou atualização profissional, o que impacta diretamente a qualidade do ensino. Investir na capacitação docente é essencial para que os educadores se sintam preparados e motivados a inovar suas práticas pedagógicas, promovendo melhorias na aprendizagem dos alunos (SEDUC, 2021).

### **2.2.2. Desigualdades Regionais e Socioeconômicas em Goiás como Obstáculo para a Educação Básica**

As desigualdades regionais e socioeconômicas representam um dos principais desafios para a universalização da educação básica em Goiás. Enquanto as áreas urbanas geralmente contam com mais recursos e infraestrutura adequada, as zonas rurais enfrentam obstáculos significativos que comprometem o acesso a uma educação de qualidade (Machado, 2011, p.62).

De acordo com o Censo Escolar de 2021, as escolas localizadas em áreas rurais recebem, em média, menos investimentos e possuem infraestrutura precária, o que contribui para elevados índices de evasão escolar (INEP, 2022). Além disso, a ausência de programas específicos para a inclusão de alunos em situação de vulnerabilidade social agrava ainda mais essa disparidade. Muitas crianças e jovens em Goiás pertencem a famílias de baixa renda e enfrentam dificuldades como a falta de transporte, materiais escolares e, em alguns casos, a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, fatores que elevam as taxas de abandono escolar. Como consequência, os índices de rendimento acadêmico são impactados negativamente, sendo a taxa de distorção idade-série consideravelmente maior nas regiões rurais do estado (TANNO, 2021, p.20).

Outro problema relevante é que a gestão pública frequentemente desconsidera as especificidades regionais ao elaborar e implementar políticas educacionais. As necessidades das diferentes localidades variam, e a adoção de uma abordagem generalizada pode não ser eficaz. Assim, é essencial realizar uma análise detalhada das realidades locais, permitindo que as políticas educacionais sejam ajustadas e direcionadas de forma adequada, garantindo uma educação mais equitativa e acessível para todos os alunos em Goiás (SEDUC, 2021).

### **2.2.3. Realidade educacional no Município Aparecida de Goiânia, Região Metropolitana**

A realidade educacional de Aparecida de Goiânia, situada na Região Metropolitana de Goiânia, reflete os principais desafios e avanços enfrentados pelo sistema educacional local. O município, que tem experimentado um crescimento populacional acelerado, enfrenta dificuldades na oferta e na qualidade da educação, problemas comuns em muitas áreas urbanas brasileiras.

Além disso, Aparecida enfrenta desafios sociais significativos que impactam diretamente a educação. A cidade possui uma população com uma diversidade de condições socioeconômicas, o que acentua desigualdades em diversas áreas, como a renda, o acesso à saúde e, especialmente, à educação. Em algumas regiões da cidade, os índices de vulnerabilidade social são elevados, afetando o acesso e a permanência dos alunos nas escolas. A cidade busca melhorar essas condições, mas ainda enfrenta a dura realidade de que muitas crianças aguardam vagas na educação infantil (SOUSA, DE ROMENIA, 2018, p. 56).

Em 2023, Aparecida de Goiânia enfrentou um grande desafio na educação infantil. Aproximadamente 7.200 crianças ainda estavam na fila de espera para vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). Embora a cidade esteja se esforçando para atender à crescente demanda, ainda há dificuldades para suprir todas as necessidades. O número de vagas disponíveis não é suficiente para atender toda a população infantil em idade escolar (JORNAL OPÇÃO, 2023).

Para resolver esse problema, a prefeitura tem firmado parcerias com entidades filantrópicas e outras organizações para ampliar a rede de atendimento. Além disso, projetos de expansão e construção de novas unidades escolares estão em andamento, embora o processo enfrente desafios relacionados à infraestrutura e ao financiamento (MAIS GOIÁS, 2023).

### **2.3. OMISSÃO MUNICIPAL E A RESPONSABILIDADE NO ACESSO À EDUCAÇÃO**

A omissão municipal em relação ao acesso à educação é uma questão crítica que afeta o desenvolvimento social e econômico de Goiânia. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garantem o direito à educação, tornando dever do Estado assegurar que todas as crianças e jovens tenham acesso a um ensino de qualidade. Contudo, a realidade vivida por muitas comunidades na capital goiana aponta para lacunas significativas nesse direito fundamental, com o levantamento feito pelo Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de Goiás (Gaepe-GO), que aponta que cerca 43.829 bebês de 0 a 3 anos e

7.708 crianças entre 4 á 5 anos estão fora da escola (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO-TCE-GO, 2024).

A Secretaria Municipal de Educação (SME) de Goiânia tem atualmente 146 Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs), 39 Centros de Educação Infantil (CEIs) e 129 Escolas Municipais (EM), onde a distribuição de vagas não supre a necessidade da população deixando a mercê mães e pais que não há outros meios para inserir seus filhos na educação.

Em entrevista ao Jornal Opção a mãe de Maria Eduarda Macedo Lopes Xavier, Geanne Macedo afirmou:

[...] Fui ao Crais Jarbas Jaime, fui ao Conselho Tutelar, acordei as 5 horas da manhã, fiquei na fila e me deram só uma carta. Levei no Monteiro, levei no Grajaú, levei no Engenheiro Robinho. Falaram pra mim de novo na secretaria de educação, sendo que já fui várias vezes e eles não dão resposta pra gente.'' (Jornal Opção, 2024)

A mãe tenta desde novembro de 2023 matricular a filha de 6 anos na escola municipal, no setor Grajaú, em Goiânia. São inúmeros relatos semelhantes de famílias que dependem da educação do Estado, onde crianças e jovens não conseguem frequentar o ensino escolar por uma má distribuição de vagas e por projetos de obras paradas. Em fevereiro de 2023, a rede municipal de ensino de Goiânia tinha 12 obras de CMEIs e escolas paralisadas (SAGRES, 2023).

Essas obras poderiam gerar 2,4 mil vagas para crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. As obras estão paralisadas por diversos motivos, como: Distrato, Novas licitações, Processos burocráticos, algumas construções começaram há cerca de uma década. Para regularizar uma obra paralisada, é necessário: aplicar punições aos responsáveis pela paralisação, destratar as empresas, atualizar os projetos, atualizar as planilhas de custos, levar a obra novamente a licitação. Enquanto não ocorre o retorno das obras, a prefeitura de Goiânia enfrenta um déficit de vagas na educação infantil, principalmente na faixa até os 3 anos. (TCM-GO, janeiro/2024).

### **2.3.1 A Omissão Municipal nas Políticas de Educação e seus Impactos no Acesso à Educação Básica em Goiás**

A negligência dos administradores municipais em relação às políticas educacionais públicas é um elemento crucial para a continuidade das disparidades educacionais,

particularmente nas regiões rurais e periféricas de Goiás. Como entidade federativa encarregada da administração direta da educação básica, o município desempenha um papel crucial na execução de políticas que asseguram o acesso universal e a excelência da educação. Contudo, muitas vezes, a falta de recursos, a gestão ineficiente e a ausência de planejamento estratégico causam um efeito adverso no acesso dos estudantes às instituições de ensino e na qualidade do ensino fornecido.

A descentralização da administração educacional, estabelecida pela Constituição Federal e pelo Plano Nacional de Educação (PNE), atribui aos municípios o dever de garantir o acesso à educação básica. Contudo, essa descentralização não tem sido acompanhada de uma distribuição justa de recursos e de uma capacitação ocupada dos administradores, levando a um cenário de negligência e omissão em diversas regiões (FRIGOTTO,2017,P.11)

A falta de compromisso municipal com a educação também se manifesta na falta de políticas efetivas de inclusão e ajuste do currículo escolar às demandas dos estudantes. Por exemplo, o cuidado com estudantes com deficiência, um dos maiores obstáculos que as escolas de Goiás enfrentam, muitas vezes é comprometido pela ausência de formação adequada dos docentes e pela deficiência de recursos materiais, com isso, a falta de treinamento contínuo e a falta de um planejamento integrado entre o município e o estado são elementos fundamentais para essa deficiência (GATTI,2016,P.5).

Assim, a falta de responsabilidade dos municípios na educação básica não só prejudica o acesso à escola, como também complica a obtenção da equidade educacional, um dos principais objetivos das políticas públicas educacionais no Brasil (CURY, 2002, P.10).

### **2.3.2.O Papel dos Municípios no Financiamento e Administração da Educação: Problemas e Soluções para a Educação Básica em Goiás**

A responsabilidade municipal na administração e financiamento da educação básica em Goiás está intrinsecamente ligada à habilidade local de implementação das políticas públicas aplicáveis nos âmbitos estadual e federal. Contudo, vários municípios lutam para garantir a qualidade do ensino devido à falta de recursos financeiros e à ausência de uma administração eficaz. A falta de financiamento adequado para as escolas municipais, juntamente com a má gestão dos recursos públicos, leva às escolas com infraestruturas ecológicas, falta de recursos

pedagógicos protegidos e ausência de programas de capacitação contínua para os professores (CASTRO, 2024, p.3).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) desempenha um papel essencial no financiamento da educação básica em estados e municípios. No entanto, a má distribuição dos recursos pelos municípios frequentemente compromete a manutenção das escolas e a melhoria das condições de ensino. Além disso, a alta dependência das transferências voluntárias entre as entidades federativas gera incertezas no financiamento da educação municipal, dificultando o planejamento a longo prazo (CASTRO, 2024, p.8).

Outro desafio significativo está na gestão da educação local. Conforme apontam Lima e Souza (2018), a falta de um planejamento estratégico que considere as particularidades regionais e a realidade dos estudantes em Goiás é uma questão recorrente. Muitas vezes, os municípios enfrentam dificuldades para alinhar as políticas educacionais estaduais às demandas reais de suas comunidades, especialmente nas áreas rurais, onde a precariedade no transporte escolar e a falta de acesso a tecnologias educacionais representam obstáculos fundamentais.

Para enfrentar esses desafios, é essencial que os gestores municipais atuem de forma mais eficiente, adotando políticas adaptadas às realidades locais, com foco na capacitação docente, na melhoria da infraestrutura escolar e na correta aplicação dos recursos financeiros. A implementação de um sistema de supervisão e avaliação das políticas educacionais municipais seria uma medida fundamental para assegurar o cumprimento das metas estabelecidas e combater efetivamente as desigualdades regionais (FRIGOTTO, 2017, p.18).

A integração entre as políticas públicas de educação e a participação da comunidade local também se destaca como um fator decisivo para a melhoria da educação básica. A colaboração entre escolas, famílias e organizações comunitárias pode criar um ambiente mais favorável para a implementação de ações que atendam às especificidades de cada localidade. O fortalecimento desta parceria resulta em um maior envolvimento da comunidade, que se torna mais comprometida com a qualidade educacional. Além disso, a escuta ativa das necessidades da população local permite que políticas educacionais mais eficazes sejam formuladas, ajustando-se de maneira mais precisa às realidades regionais e promovendo um desenvolvimento mais sustentável e equitativo (Oliveira, 2021, p. 25).

A atuação municipal na educação básica, embora central para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas, enfrenta desafios contínuos relacionados à escassez de recursos e à gestão ineficaz. A falta de uma estrutura de financiamento mais robusta, juntamente com a má alocação dos recursos, tem impacto direto na qualidade do ensino oferecido, principalmente em áreas menos favorecidas. Além disso, o sistema de transferências voluntárias entre estados e municípios contribui para a fragilidade financeira das escolas municipais, impossibilitando um planejamento mais sustentável e o aprimoramento das condições educacionais a longo prazo (CASTRO, 2024, p. 8).

Dessa forma, a administração eficiente dos recursos não deve se limitar à distribuição dos fundos, mas sim englobar uma gestão que priorize as necessidades locais, buscando alternativas criativas e adequadas ao contexto socioeconômico de cada região. Para o professor Frigotto (2017), um dos maiores obstáculos enfrentados pela gestão educacional é a falta de uma avaliação constante da execução das políticas, o que acaba gerando falhas nos processos de implementação e acompanhamento das metas estabelecidas. Além disso, a falta de formação contínua para os gestores municipais também contribui para que decisões equivocadas sejam tomadas, afetando diretamente o funcionamento das escolas e o desempenho dos alunos.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da implementação das políticas públicas de educação básica no estado de Goiás revela avanços importantes, mas também expõe desafios significativos que ainda precisam ser superados. Apesar do aumento nos índices educacionais, como o Ideb, e do desenvolvimento de programas que buscam promover a inclusão social, persistem barreiras estruturais, regionais e institucionais que dificultam a universalização de uma educação de qualidade e equitativa.

Outro ponto relevante é a omissão de algumas administrações municipais, que, muitas vezes, falham em executar políticas públicas eficazes para garantir o pleno acesso à educação básica. A descentralização da gestão educacional, embora traga autonomia, requer também suporte financeiro, técnico e operacional para evitar que desigualdades sejam perpetuadas.

Ademais, a inclusão de alunos com deficiência e a promoção de práticas pedagógicas inovadoras continuam sendo metas fundamentais para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva. É crucial que haja um esforço conjunto entre gestores públicos, sociedade civil e

instituições educacionais para adaptar as ações às demandas regionais, ampliando o impacto positivo das políticas públicas.

Para que as desigualdades educacionais sejam efetivamente combatidas, é imprescindível que os gestores municipais adotem uma abordagem integrada, colaborando com os diferentes níveis de governo para garantir que os recursos sejam aplicados de maneira eficaz e que as condições de ensino nas zonas rurais sejam aprimoradas.

A construção de um sistema educacional mais igualitário exige, portanto, ações que não apenas melhorem a infraestrutura escolar, mas que também promovam a valorização do trabalho docente e o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas às necessidades locais. Assim, é possível vislumbrar uma educação de qualidade, acessível e justa para todos.

Portanto, para que Goiás consiga consolidar a educação básica como um instrumento de transformação social e redução de desigualdades, é indispensável um compromisso contínuo com a efetivação de políticas públicas que valorizem a infraestrutura escolar, invistam na formação de professores e assegurem o acesso universal e inclusivo à educação. Somente com essas ações será possível garantir que a educação básica cumpra seu papel de fomentar o desenvolvimento humano, social e econômico, transformando a realidade do estado e promovendo a equidade em todas as suas dimensões.

#### 4. REFERÊNCIAS

**ALMEIDA, M.** Educação inclusiva em Goiás: avanços e desafios. Revista Brasileira de Políticas Educacionais, v. 9, n. 2, p. 45-58, 2022.

**APARECIDA, GO.** Escola da Inteligência reduz em 90% evasão escolar de Aparecida. Disponível em: <https://aparecida.go.gov.br/escola-da-inteligencia-reduz-em-90-evasao-escolar-de-aparecida/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

**BRASIL.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação, 1996.

**BRASIL.** Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

**BRASIL.** Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Ministério da Educação, 2014.

**CÂMARA DE APARECIDA DE GOIÁS.** Lei Municipal nº 2.553/2005. Disponível em:

<https://camaradeaparecida.go.gov.br/legislacoes/lei-municipal-2553-2005/>. Acesso em: 03 nov. 2024.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Proposição nº 1371200. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1371200](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1371200). Acesso em: 03 nov. 2024.

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.** Unimontes, 2022. Lima et al. Disponível em: <https://search.app/77166Z2XxsU9i38u6>. Acesso em: 10 nov. 2024.

**FRIGOTTO, G.** Educação, desigualdades e políticas públicas no Brasil: Uma análise crítica das políticas educacionais. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS.** Disponível em: <https://search.app/gD3PGRKyNNUwWE4A8>. Acesso em: 10 nov. 2024.

**GATTI, B. A.** Políticas públicas de educação e as desigualdades regionais no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v. 46, n. 163, p. 697-714, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212183>. Acesso em: 21 nov. 2024.

**INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA).** Censo Escolar 2021. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <[www.gov.br](http://www.gov.br)>. Acesso em: 18 out. 2024.

**INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA).** Censo Escolar da Educação Básica 2020. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/disponiveis-os-resultados-finais-do-censo-escolar-2020>. Acesso em: 19 nov. 2024.

**JORNAL OPÇÃO.** Déficit de vagas na educação municipal de Goiânia persiste. Disponível em: <https://portal.tce.go.gov.br/-/gaepe-go-revela-que-52-dos-municipios-goianos-possuem-criancas-em-fila-de-espera-por-creche>. Acesso em: 03 nov. 2024.

**JORNAL OPÇÃO.** Economia de Aparecida de Goiânia cresce enquanto pobreza aumenta. Disponível em: [https://www.jornalopcao.com.br/economia/economia-de-aparecida-de-goiania-cresce-enquanto-pobreza-aumenta-526066/#google\\_vignette](https://www.jornalopcao.com.br/economia/economia-de-aparecida-de-goiania-cresce-enquanto-pobreza-aumenta-526066/#google_vignette). Acesso em: 03 nov. 2024.

**JORNAL OPÇÃO.** Em Aparecida de Goiânia, 8 mil crianças aguardam vaga para se matricular em meio a abandono de CMEI. **Jornal Opção**, 2023. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/educacao/em-aparecida-de-goiania-8-mil-criancas-aguardam-vaga-para-se-matricular-em-meio-a-abandono-de-cmei-451139/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

**LIMA, M.; SOUZA, R. M.** Política de Educação Integral em Goiás: Desafios e Potencialidades. Revista Brasileira de Educação, v. 23, n. 71, p. 112-128, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/i/2018.v23/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

**MAZZOTTA, M. J.** A educação inclusiva no Brasil: avanços e desafios. Educação e Pesquisa, v. 40, n. 2, p. 377-392, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.21875/tjc.v5i1.27989>. Acesso em: 20 nov. 2024.

**MENEZES, A. R.** Políticas educacionais no Brasil: Impactos e desafios na implementação em Goiás. Universidade Federal de Goiás, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

**OLIVEIRA, F. M.** Desigualdades educacionais em Goiás: um estudo sobre as condições de infraestrutura e acesso à educação básica. Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 69, p. 395-415, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/p7Pvs4NGGJjLRbrNjwqdrqt/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

**SEDUC-GO.** Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Relatório Anual 2021. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/>. Acesso em: 18 out. 2024.

**SEDUC-GO.** Programa Goiás na Frente Educação: Transformando o Ensino no Estado. Secretaria de Estado da Educação de Goiás, 2023. Disponível em: <https://search.app/tGcEQjwzLJcvnxTDA>. Acesso em: 10 nov. 2024.

**SMARJASSI, C.; ARZANI, J. H.; et al.** As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. Revista Educação Pública, v. 21, n. 15, 27 abr. 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>.

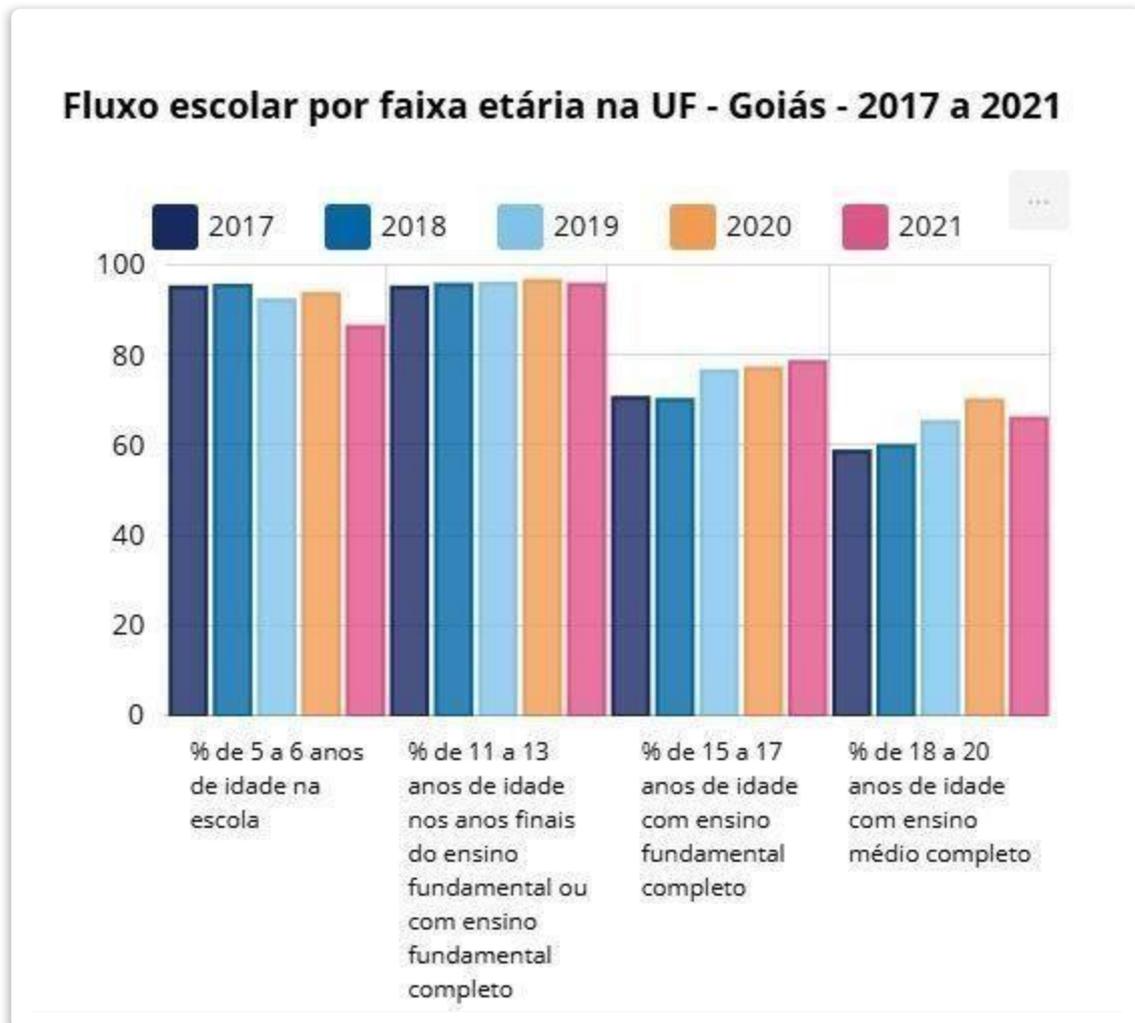
**SOUZA, F.** Desafios da Educação em Goiás: Uma Análise Regionalizada. Goiás Acadêmica, 2023. Disponível em: <https://search.app/zdAwuXcaACpWX5Wr7>. Acesso em: 10 nov. 2024.

**SOUSA, José.** O jovem, as drogas e a escola: da condição de adictos à evasão escolar no município de Aparecida de Goiânia. 2018. Disponível em: <http://www.bdttd.ueg.br/handle/tede/1042>. Acesso em: 16 mar. 2025.

**TANNO, J.** Nota Técnica 19/2021. Consultoria de Orçamento da Câmara Federal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 18 out. 2024.

**UNESCO.** Conferência de Jomtien 1990. Disponível em: <https://search.app/X9WnHihKooTQN9Wt6>. Acesso em: 10 nov. 2024.

**ANEXO 1:** Encontra-se abaixo fluxograma, informando o fluxo escolar por faixa etária no estado de



Goiás, estudo realizado entre os anos de 2017 a 2021, destacando as informações por idade e ano.

**Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: PNAD Contínua (2017 a 2021)**

**ANEXO 2:** A imagem anexada é um retrato do CMEI Parque Atheneu localizado em Goiânia-GO, retratando o desprezo em que algumas unidades de educação básica vêm sofrendo, unidade retratada carece de recursos financeiros para uma reforma e prestar atendimentos no sistema educacional goiano.



**CMEI Parque Atheneu está com obras paradas. Foto: Samuel Straioto**